



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**ATA**

**246ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA  
- CNP-**

**Brasília, 22 de fevereiro de 2018**

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Nacional de Previdência – CNP**

**ATA DA 246ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNP**

**DATA:** 22 de fevereiro de 2018

**LOCAL:** Esplanada dos Ministérios - Ministério da Fazenda, Sala 902

**PRESENCAS**

**Representantes do Governo**

MF - Marcelo Abi-Ramia Caetano

MF - Emanuel de Araújo Dantas

INSS Francisco Paulo Soares Lopes

INSS - Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro

SRFB - João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva

MF - Caio Guimarães Figueiredo

IPEA - Rogério Nagamine Costanzi

**Representações dos Aposentados e Pensionistas**

SINTAPI/CUT - Gerson Maia de Carvalho

CSB - Lucio Antonio Bellentani

COBAP - Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAP - Andréa Angerami Correa da Silva Gato

**Representações dos Trabalhadores em Atividade**

Força Sindical - Dionízio Martins de Macedo Filho

UGT - Gilberto Torres Laurindo

CONTAG - Edjane Rodrigues Silva

31 **Representação dos Empregadores**

32 CNI - Larissa Nascente Guimarães Leston

33 CNF - Ênio Mathias Ferreira

34 CNC - Roberto Nogueira Ferreira

35 CNM - Sérgio Aureliano Machado da Silva

36 CNA - Rodrigo Hugueney do Amaral Mello

37 CNT - Salomão Taumaturgo Marques

38

39 **Convidados**

40 Ubiramar Mendonça - DATAPREV

41 Hamilton Xavier - SINDANEPS

42 Fernando Benicio - CNM/DF

43 Aretha Zarlenga e Kennyston Costa Lago - Unidade de Gestão Estratégica do  
44 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

45 Kennyston Costa Lago - Unidade de Gestão Estratégica do Serviço Brasileiro de  
46 Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

47 Helena Rêgo - SEBRAE Nacional

48 Fabio Silva - Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa/MDIC

49 Débora Cunha - MDIC

50 Vitor Poubel - DIRAT/INSS

51 Talita Lorena - DICON/SPREV

52 Ilton filho - DIRAT/INSS

53 Alexandre Zioli Fernandes - Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária  
54 da Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social - SPREV/MF

55 Larissa Lima - CSB

56 Andréa T. Mazzei - SE/MDS

57

58 **Ausências**

59 MF - Henrique de Campos Meirelles

60 MF - Benedito Adalberto Brunca

61 MF - Cinara Wagner Fredo  
62 MF - Jeferson Luis Bittencourt  
63 MP - Amarildo Saldanha  
64 COBAP - Gildo Arquimínio de Carvalho  
65 CONTAG - Adriana Pereira Souza  
66 CUT - Quintino Marques Severo  
67 CNPA - João Junior Onuki Alves  
68 CTB - Pascoal Carneiro  
69

## 70 **I – ABERTURA**

71 Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV)  
72 abriu a 246ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência - CNP e deu  
73 por iniciada a reunião. A seguir, deu posse aos novos conselheiros, são eles:  
74 Representantes do Governo Federal no Conselho Nacional de Previdência – CNP,  
75 Sr. Francisco Paulo Soares Lopes, Membro Titular - Presidente do Instituto Nacional  
76 do Seguro Social – INSS; João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva, Membro  
77 Titular - representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.  
78 Devidamente empossados, o Sr. Presidente passou a palavra a eles. Com a palavra,  
79 o Sr. Francisco Paulo Soares Lopes (Presidente do Instituto Nacional do Seguro  
80 Social – INSS) agradeceu a posse, o acolhimento recebido e se colocou a  
81 disposição para tratar de quaisquer temas. Por sua vez, o Sr. João Paulo Ramos  
82 Fachada Martins da Silva (SRFB), agradeceu a acolhida e disse ser uma honra fazer  
83 parte desse Conselho.

## 84 **II – EXPEDIENTE**

85 O Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV) colocou para aprovação a Ata da 245ª  
86 Reunião Ordinária do CNP, realizada no dia 05 de dezembro de 2017. Colocada em  
87 processo de votação, a citada Ata foi aprovada por unanimidade dos presentes.

88 **III – ORDEM DO DIA**

89 O Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV) socializou a pauta dos trabalhos e  
90 informou que os temas: Evolução dos Trabalhos de Revisão dos Benefícios por  
91 Incapacidade de Longa Duração – BILD; Instrução Normativa nº 90, de 17 de  
92 novembro de 2017 que institui novos procedimentos para agendamento de perícia  
93 relativa à solicitação de prorrogação de auxílio-doença e Tempo Médio de  
94 Agendamento para Realização de Perícias Médicas seriam retirados de pauta,  
95 sendo que os mesmos serão apreciados em outra oportunidade. Na continuidade,  
96 chamou o primeiro item de pauta, logo, “Anuário Estatístico da Previdência Social –  
97 2016”. O tema em destaque foi apresentado pelo Sr. Alexandre Zioli Fernandes  
98 (Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária da Subsecretaria do  
99 Regime Geral de Previdência Social - SPREV/MF), este com a palavra, saudou a  
100 todos os presentes e disse que nessa oportunidade traria a conhecimento de todos,  
101 o Anuário Estatístico de Previdência Social referente ao ano de 2016. Disse que  
102 essa é uma publicação já tradicional da Secretaria de Políticas de Previdência  
103 Social, agora Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social, é uma  
104 publicação, a qual é editada desde 1992, ao longo do tempo ela foi incorporando  
105 cada vez mais dados, mais tabelas, foi crescendo e atualmente esta é uma  
106 publicação bastante completa, fruto de um trabalho que envolve diversas áreas, não  
107 só da Secretaria de Previdência, mas também o pessoal da DATAPREV, outros  
108 órgãos que estão relacionados à Previdência, tal como a Receita Federal, portanto é  
109 um trabalho conjunto e um produto bastante interessante. Feitas essas  
110 considerações iniciais, ele iniciou a sua apresentação. Explicou em detalhes sobre  
111 as 16 sessões que compõem o Anuário Estatístico de Previdência Social, dentro  
112 dessas sessões estão os capítulos que vão totalizar 90 capítulos com 930 páginas  
113 aproximadamente, a publicação. Posto isso, ele disse não ser possível abordar a  
114 publicação como um todo, devido à quantidade de diversidade de informações, por  
115 essa razão, o seu relato será focado na sessão 1, a qual trata dos benefícios e dos  
116 contribuintes e a sessão 5 que aborda a questão dos contribuintes do RGPS.  
117 Consignou que houve uma evolução no número de contribuintes até 2016, como

118 também já era fato observado em outras pesquisas, como a RAIS, por exemplo,  
119 PNAD, a quantidade de contribuintes do Regime Geral de Previdência Social em  
120 2016 voltou a cair. Existem duas formas de mensurar a quantidade de contribuintes  
121 do Regime Geral, uma delas se faz pela contagem da quantidade de pessoas que  
122 ao longo do ano realizaram ao menos uma contribuição ao RGPS. A outra métrica  
123 seria em média de quantas pessoas contribuíram mensalmente para a Previdência  
124 Social, ou seja, para o Regime Geral. Quando se publicou o Anuário Estatístico de  
125 Previdência Social em 2016 foi feita uma revisão dos dados de 2015 e 2014, por  
126 conta de reprocessamentos de GFIP, é comum que a GFIP, principal instrumento de  
127 coleta de informações sobre contribuintes tenham as revisões. Em seguida, ele falou  
128 sobre: A evolução anual do número de contribuintes: Em 2016, a queda na  
129 quantidade de contribuintes do RGPS que realizaram ao menos uma contribuição no  
130 ano chegou a 4,11% do observado em 2015; Quantidade de Contribuintes do RGPS  
131 por Sexo 2015 e 2016, em 2016, a queda de contribuintes foi mais acentuada entre  
132 os homens, com redução de 5,0% em relação ao ano anterior. Enfatizou que houve  
133 queda na quantidade da média mensal de contribuintes em 2016 ocorreu na  
134 categoria de empregados, com redução de quase 5,0%. Em contrapartida, houve  
135 crescimento entre as demais categorias, com elevação de 2,52% no mesmo período.  
136 Explicou em pormenores a distribuição por Faixas Etárias dos Contribuintes do  
137 RGPS, por exemplo, Empregados x Outros Contribuintes em 2016. Sobre a  
138 evolução anual dos benefícios ativos do RGPS, ele consignou que em 2016, o  
139 estoque de benefícios ativos cresceu 2,82% em relação ao ano de 2015 ao atingir o  
140 quantitativo superior a 29 milhões de benefícios e a quantidade de Aposentadorias e  
141 Pensões representam 92,5% do total de benefícios ativos em dezembro do aludido  
142 ano. Falou sobre a distribuição Relativa dos Benefícios Previdenciários e  
143 Acidentários por Clientela em 2016, no que se refere ao Urbano e Rural; a evolução  
144 anual da concessão de benefícios do RGPS, disse que após a queda observada de  
145 16,5% em 2015, os benefícios concedidos voltaram a crescer em 2016 ao registrar  
146 aumento de 17,7% em relação ao ano anterior. O grupo de espécies de Auxílios foi o  
147 único que não conseguiu se recuperar em comparação ao ano de 2014; Distribuição

148 Relativa da Concessão de Benefícios em 2016; Distribuição relativa das  
149 aposentadorias e pensões concedidas por sexo e clientela em 2016, logo,  
150 aposentadorias urbanas e rurais; pensões urbanas e rurais; Valor da emissão de  
151 benefícios - RGPS, o valor líquido de emissão de benefícios em 2016 foi 15,1%  
152 superior a 2015, passando de 6,34% para 6,99% do PIB. O maior crescimento  
153 relativo da despesa ocorreu entre os auxílios, com 17,6%. Por fim, ele disse que o  
154 Anuário Estatístico da Previdência Social – 2016 está disponível para download no  
155 endereço eletrônico [www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-](http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social)  
156 [previdencia-social](http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social) na versão em PDF completa e Tabelas em Excel por capítulos.  
157 Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para as considerações dos  
158 conselheiros. O Sr. Sérgio Aureliano Machado da Silva (CNM) disse que na  
159 apresentação, especificamente na questão dos contribuintes, não foi separada a  
160 quantidade de contribuintes urbanos e rurais e em sua opinião, isso vai dar um  
161 deslocamento bastante significativo estatisticamente na concessão do benefício.  
162 Posto isso, ele questionou a possibilidade de ter esse dado, visando poder  
163 dimensionar a parte de benefícios com número de contribuintes. Disse ser  
164 interessante ter esse dado, principalmente para quem trabalha com estatística e  
165 assim, poder separar o rural do urbano, principalmente na concessão, até porque  
166 pode haver um deslocamento muito grande entre a concessão e o número de  
167 contribuinte. A Sra. Larissa Nascente Guimarães Leston (CNI) disse ter dúvida a  
168 respeito dos dados, isto é, se tem segregado acidente, aquele que é típico e o de  
169 trajeto, bem como, com relação, quando ocorre o óbito, se foi por acidente típico ou  
170 de trajeto, e se existe essa informação segregada. Na continuidade, foi à vez do Sr.  
171 Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) tecer considerações pontuais acerca da  
172 matéria em questão e a seguir, ele fez o seguinte questionamento: “Por que não é  
173 apresentada também a evolução dos contribuintes empresa, objetivando fazer uma  
174 análise mais completa? Disse que faz esse questionamento, porque a grande  
175 maioria da sociedade talvez não tenha conhecimento de que a arrecadação  
176 previdenciária não se dá só a partir das contribuições do trabalhador, mas também  
177 ocorre por parte das empresas, por essa razão, ele sugere constar esse aspecto

178 dentro do objetivo dessa apresentação, pois isso permitirá que todos tenham  
179 conhecimento da quantidade de empresas que também tem essa evolução,  
180 diminuição, aumento, pois a sociedade também precisa ser esclarecida dessa  
181 informação, de que as contribuições se dão não só por parte dos trabalhadores, mas  
182 também por parte das empresas. Disse que lhe causa uma curiosidade, sempre que  
183 vê essas apresentações, só ouve falar do número que diminui de trabalhadores  
184 contribuindo ou que aumenta. E das empresas, por que não está inserido nesse  
185 contexto? As outras observações dizem respeito ao número de auxílio maternidade  
186 que tem diminuído, no quadro 15 consta essa informação, contudo aparecem outros  
187 benefícios, esse item outros benefícios que aparece e, consta uma queda de 5,7,  
188 trata-se apenas de auxílio maternidade ou quais outros benefícios estão inseridos  
189 nessas informações? Em seguida, ele contextualizou o seguinte em 2015, 2016, tem  
190 o número de 380, 437, mas que existem outras despesas, depois o relator falou das  
191 despesas que seriam créditos no momento da concessão. O Sr. Gerson Maia de  
192 Carvalho (SINTAPI/CUT) colocou a sua dúvida na questão da evolução anual de  
193 contribuintes, visto que, quando se coloca em 2016 o número de empregados e o  
194 número daqueles que perderam o emprego com carteira assinada, tem um saldo  
195 negativo de 4,36, contudo tem a questão de outros contribuintes que até o momento  
196 é de 2,52, por que não há dúvidas que esse fato está entre esses dois milhões que  
197 perderam o seu emprego e que para não perder a sua qualidade de segurado pega  
198 o carnê, vai até o INSS e paga em cima de um salário, fato ser bom, porque mostra  
199 que há interesse em não perder o benefício. A outra questão, diz respeito ao  
200 benefício assistencial, o qual não consta a informação do número da LOAs, o  
201 número que se tem, está subdividido, a questão do número que foi concedido para a  
202 pessoa idosa com mais de 65 anos, que não tem nenhum tipo de receita em casa e  
203 que não contribuiu tempo suficiente para se aposentar e também das pessoas com  
204 deficiência de baixa renda, o que deve ser levado em consideração, visto que é  
205 verba que sai da Previdência Social. Por sua vez, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva  
206 Ribeiro (INSS) prestou o seguinte esclarecimento: *“Não é a questão entre a DDB e a*  
207 *DIB não, quando você faz a concessão da maciça, na primeira maciça aparece o*



208 *pagamento, quando você gera concessão para a maciça, mas tem muitos benefícios*  
209 *que não rodam na maciça, pela época que ele foi feito, e a gente faz por PAB, então*  
210 *esses outros créditos não entram. Tem alguns créditos de concessão que não*  
211 *entram, porque tem coisa que a gente faz o pagamento a partir daquela*  
212 *competência e o que ficou da DIB até a data do despacho do benefício é feito de*  
213 *forma, por exemplo, dependendo do valor ele fica pendente de uma análise e não*  
214 *roda na maciça. A questão do BPC tem que tomar um pouco de cuidado, porque as*  
215 *fontes de renda são diferentes, uma coisa é a renda da previdenciária e outra é do*  
216 *BPC. A gente recebe o dinheiro do Ministério do Desenvolvimento, que vem do*  
217 *orçamento do Tesouro, diferente do orçamento da Previdência, é outra fonte de*  
218 *custeio. Assim como, por exemplo, o seguro defesa, ele é do Ministério do Trabalho*  
219 *e acaba vindo para o INSS. Então, o INSS operacionaliza os benefícios*  
220 *assistenciais, trabalhistas e previdenciários, de 3 fontes de recursos diferentes”.*  
221 Concluído esse item, o Sr. Presidente chamou o segundo item de pauta, logo, “Perfil  
222 do Microempreendedor Individual – MEI”, o qual foi apresentado pela Sra. Aretha  
223 Zarlenga e o Sr. Kennyston Costa Lago (Unidade de Gestão Estratégica do Serviço  
224 Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE). Inicialmente fez uso  
225 da palavra, o Sr. Kennyston Costa Lago (Unidade de Gestão Estratégica do Serviço  
226 Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE), após a sua  
227 apresentação, ele disse que sua exposição é bem curta, porém se poderá ter acesso  
228 a essa pesquisa completa através do link [www.datasebrae.com.br](http://www.datasebrae.com.br). Em seguida,  
229 apresentou o estudo, contendo os dados quais sejam: Existem 6.649.896 inscritos  
230 até dezembro de 2016; 7.738.590 inscritos até dezembro de 2017. Nos últimos cinco  
231 anos, houve aumento anual médio de 1 milhão de inscrições. Apresentou a  
232 Distribuição dos Pequenos Negócios por Porte no período de 2009 a 2017, bem  
233 como a projeção do mês de dezembro de 2017, totalizam 7,7 milhões de inscritos  
234 em 2017, logo, é um fenômeno muito forte. A seguir, ele falou sobre a distribuição  
235 territorial, obviamente os estados mais populosos tem uma quantidade maior de  
236 microempreendedores individuais. Distribuição por sexo, quase meio a meio, um  
237 pouco mais de homens. Distribuição por setor, basicamente serviços e comércio

238 predominando entre os MEIs, cruzamento dos setores por sexo, existem alguns  
239 setores que há uma predominância de um sexo ou outro, por exemplo, na  
240 agropecuária predomina os homens, na construção civil também os homens, na  
241 indústria um pouquinho mais de mulheres, especificamente na parte de confecção.  
242 Em seguida, ele falou da Pesquisa e Método utilizado, foram 10.328 entrevistas; as  
243 entrevistas realizadas entre os dias 17/02 e 11/04/2017; uma margem de erro mais  
244 ou menos de 1,0% para os resultados gerais; o critério de ponderação teve como  
245 base o universo de MEI por UF, o estudo todo obedeceu aos códigos de ética da:  
246 ABEP, da ESOMAR e à norma ABNT NBR ISO 20.252. Apresentou em detalhes a  
247 estimativa de microempreendedores individuais em atividade, por exemplo, perfil,  
248 idade, escolaridade, média em anos e os motivos para empreender. Sobre a  
249 Escolaridade do MEI no período de 2011 a 2017, ele consignou, que a proporção de  
250 microempreendedores individuais com ensino superior incompleto ou mais saiu de  
251 17% para 32%, logo, um aumento de 88%. Sobre o endereço comercial do  
252 microempreendedor individual, ele explicou que a porcentagem maior do trabalho na  
253 própria residência. A principal ocupação antes de se registrar como  
254 microempreendedor individual, a metade dos entrevistados eram empregados com  
255 carteira assinada antes de se registrarem como MEI; O segundo maior grupo é  
256 daqueles que vieram do mercado informal. Em seguida, abordou a principal  
257 ocupação antes de se registrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno porte,  
258 assim como no caso dos MEI, metade dos entrevistados eram empregados com  
259 carteira assinada antes de se tornarem empresários, diferente do observado entre os  
260 MEI, pois a proporção daqueles que vieram do mercado informal é menor.  
261 Apresentou em percentil a motivação para se registrar como MEI: Benefícios do  
262 registro formal; Benefícios do INSS e outros. Sobre a fonte de renda do  
263 microempreendedor individual, ele disse que 77% têm como única fonte de renda.  
264 Destacou que a atividade como MEI é a única fonte de renda para 3 em cada 4 dos  
265 microempreendedores individuais em atividade, sendo tal percentual inclusive  
266 idêntico ao apurado em 2015. Ele também falou sobre a questão da inadimplência  
267 do MEI e dos questionamentos feitos sobre os motivos que o que levou a

268 inadimplência. Sobre a renda familiar de todas as pessoas que moram na casa, a  
269 média é de R\$ 3.926,00. Dentre os que continuam com seus respectivos MEI ativos,  
270 a renda média familiar alcançou R\$ 3.926,00 o equivalente a pouco mais de 4  
271 salários mínimos e a Renda per capita do domicílio do MEI é de R\$ 1.154,71.  
272 Concluindo, ele disse ser necessário pensar em políticas para esse público.  
273 Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para as considerações dos  
274 conselheiros. Fizeram uso da palavra: Marcos Barroso de Oliveira (COBAP); Gerson  
275 Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT). Foram abordados no debate os seguintes  
276 aspectos: Quando se fala em outras atividades, a pessoa inscrita no MEI pode  
277 exercer outra atividade comercial ou econômica; se é feita a fiscalização das  
278 atividades do MEI, bem como o fornecimento da nota fiscal; o MEI pode ter dois  
279 registros de atividades. Por sua vez, o Sr. Roberto Nogueira Ferreira (CNC) externou  
280 suas dúvidas através do seguinte pronunciamento: *“Quando você diz que 77% tem*  
281 *no MEI a única fonte, quer dizer, 53% desses 77 já tinha uma fonte de renda porque*  
282 *eles eram empregados formais com carteira de trabalho, daí advêm duas perguntas.*  
283 *A primeira delas é se esse indivíduo que foi para o MEI, que estava nesses 53%,*  
284 *que eram empregados formais e foram para o MEI, eles foram voluntariamente? Foi*  
285 *uma decisão individual ou foram obrigados pelo patrão deles? Essa é uma questão*  
286 *relevante, porque se não foi nessa pesquisa pode ter em outra pesquisa. Eu fico*  
287 *ainda preocupado com isso, porque essa sempre foi a minha preocupação com*  
288 *relação ao MEI, quando você diz que 15% dessas atividades são realizadas no*  
289 *estabelecimento do cliente. Então, eu já citei em uma reunião vários*  
290 *estabelecimentos que transformaram seus funcionários em MEI, então ele trabalha*  
291 *onde ele sempre trabalhou, isso para mim configura uma fraude, senão uma fraude*  
292 *legal, uma fraude social, quer dizer, um crime de lesa pátria ao país. Essa é uma*  
293 *questão que me preocupa muito, quando você fala que em atividade nós temos 70%*  
294 *do MEI, você pergunta: os 30% que não estão em atividade, na pesquisa também foi*  
295 *pesquisado por que eles não estão em atividade? A gente precisa saber por que tem*  
296 *30% soltos. Dos 5,4 milhões que estão em atividade, esses 2,8 milhões já tinham*  
297 *atividade, quer dizer, eles eram empregados formais, pagavam INSS, a empresa*

298 *pagava, tinham todos os seus direitos e etc. Eu tenho uma preocupação grande com*  
299 *isso, porque quando você coloca a questão da idade, da profissão e etc. Então,*  
300 *quando o MEI nasceu, ele nasceu mais como uma inclusão social do que uma*  
301 *questão econômica, mas ele repercute economicamente de uma forma não medida,*  
302 *quer dizer, a gente consegue medir com facilidade o que ele contribui negativamente*  
303 *na receita pública, no financiamento do INSS e de outras questões paralelas, mas*  
304 *não consegue medir, pelo menos eu nunca vi, qual é o benefício concreto em termos*  
305 *de resultado na atividade econômica. Complementou dizendo: Então, eu vejo que o*  
306 *MEI foi apresentado como um sucesso e pela ótica que você apresentou é um*  
307 *sucesso, mas tem problemas sérios, que envolvem a sociedade em um sentido mais*  
308 *amplo, tanto do ponto de vista do financiamento, quanto da repercussão, na*  
309 *formação do indivíduo como cidadão e do desejo desse indivíduo que deveria ser*  
310 *encaminhado para se transformar em um empresário propriamente dito. Eu penso*  
311 *que no caso concreto, por isso eu já levantei esse assunto aqui, eu sei que o IPEA*  
312 *está fazendo um trabalho parecido e espero que o trabalho do IPEA, que a gente*  
313 *consiga aprofundar um pouco mais nessas questões que ficam na periferia do*  
314 *sucesso do MEI”.* Concluído o debate, o relator esclareceu todas as dúvidas postas.  
315 A Sra. Aretha Zarlenga e Kennyston Costa Lago (Unidade de Gestão Estratégica do  
316 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE) solicitou um  
317 aparte, momento em que esclareceu sobre a questão da carteira assinada, a  
318 migração do trabalhador com carteira assinada para o microempreendedor, se  
319 observar os dados da PNAD contínua, trimestralmente, é possível verificar que nos  
320 últimos 3 anos o empregado com carteira assinada, o número de trabalhadores com  
321 carteira assinada, o percentual caiu 7%, ao passo que o número de trabalhadores  
322 por conta própria mais empregadores o MEI está dentro desse grupo, aumentou 9%,  
323 portanto, é preciso tomar cuidado quando se analisa esses dados, porque de fato  
324 isso pode sinalizar um movimento pelo qual a economia está passando. Destacou  
325 que esse processo é acompanhado mensalmente também e vê que  
326 proporcionalmente está havendo um crescimento no mesmo ritmo, porém, existe um  
327 fator que vale a pena ser levado em consideração também, isto é, o trabalhador por

328 conta própria e empregador também estão aumentando em uma proporção maior do  
329 que os trabalhadores com carteira assinada. Novamente com a palavra, o Sr.  
330 Kennyston Costa Lago (Unidade de Gestão Estratégica do Serviço Brasileiro de  
331 Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE) sugeriu que os conselheiros  
332 façam uma análise mais criteriosa sobre os MEIs que não estão em atividade e o  
333 que acontece com os que não estão em atividade, o link para ter acesso a pesquisa  
334 completa é: [www.datasebrae.com.br](http://www.datasebrae.com.br). Em seguida, foi a vez do Sr. João Paulo  
335 Ramos Fachada Martins da Silva (SRFB) fazer uso da palavra, na oportunidade, ele  
336 explicou sobre a questão da fiscalização no MEI, disse que com o número de MEIs  
337 existentes, mais de 7 milhões, certamente não se tem como fazer uma fiscalização  
338 como nas grandes empresas ou médias empresas. Todos os controles são  
339 informatizados, fazendo o cruzamento de informações. É de conhecimento que tem  
340 muito MEI que não é MEI, por diversos motivos. Essa inadimplência que existe no  
341 MEI, de mais de 50%, o qual não tem nem o benefício, porque ele não paga, na sua  
342 maioria é de MEIs que só se cadastraram no MEI, visando tirar o CNPJ para usar  
343 em diversas finalidades. Existem as empresas que obrigam empregados a criarem  
344 MEI, embora esse MEI seja totalmente ilegal, se for fiscalizar uma empresa e vê isso  
345 já descaracteriza, porque não pode ter a relação de supervisão de chefia de alguém  
346 que é MEI, ele tem que ser contratado. A Receita Federal fez recentemente o  
347 cancelamento de 1,3 milhão de MEIs e de todos os MEIs selecionados para  
348 exclusão, eram aqueles que nunca tinham pagado nada nos últimos 3 anos, só trinta  
349 e poucos mil de 1,5 milhão, 63 mil de 1.435.000 foram intimados a regularizarem  
350 essa situação, a grande maioria daqueles outros já não fizeram nada porque nunca  
351 precisaram do MEI a não ser para ter algum outro benefício que não fosse de  
352 previdência, por exemplo, faz MEI, objetivando ter desconto em plano de saúde,  
353 usar o CNPJ para comprar um carro, comprar com CNPJ e não com o CPF. Está  
354 sendo feita a automatização das verificações para qualquer MEI que fique dois anos  
355 sem apresentar declarações sem pagamento, ele será cancelado automaticamente.  
356 Na continuidade, o Sr. Rogério Nagamine Costanzi (IPEA) disse existir alguns  
357 estudos, alguns inclusive já publicados e outro que está em andamento. Disse que

358 está a disposição para fazer apresentação sobre eles na esfera desse Conselho. A  
359 seguir, teceu considerações acerca do tema em questão como, por exemplo, o fato  
360 de usar o MEI para dissimular uma relação de emprego, para ganhar desconto em  
361 plano de saúde empresarial, por essas razões, ele defende a possibilidade de  
362 promover um diálogo aberto e esclarecedor sobre essas questões. Disse que lhe  
363 chama atenção, a relação do perfil do MEI, pois se comparar o perfil do MEI em  
364 relação aos empregados com carteira e aos trabalhadores por conta própria que não  
365 estavam inscritos no MEI, percebe-se que o perfil em geral do MEI é muito mais  
366 similar ao do empregado com carteira do que os trabalhadores por conta própria que  
367 não estavam inscritos no MEI. Manifestaram-se, ainda: Rodrigo Hugueneu do  
368 Amaral Mello (CNA) e Roberto Nogueira Ferreira (CNC). Registre-se que o  
369 conselheiro da CNC foi contundente ao afirmar que necessário se faz acabar com a  
370 cultura da fraude no Brasil, isto é, combater tudo que está errado nesse meio. O Sr.  
371 Fabio Silva (Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa/MDIC) consignou ser  
372 muito pertinente todas as colocações feitas no debate. Disse que faz parte da  
373 diretoria de empreendedorismo e artesanato, que se dedica exclusivamente ao  
374 programa do microempreendedor individual que é uma política pública relativamente  
375 nova, uma política pública, ou seja, está se falando de 8 anos e que foram  
376 subvertidos alguns processos que, os quais julgou ser necessário do ponto de vista  
377 de simplificação e de burocratização para que o empreendedor pudesse crescer no  
378 Brasil. É uma política que foi mergulhada, objetivando a forma de se fazer o registro  
379 e legalização de empresas, contudo, é um processo que se encontra em evolução  
380 do ponto de vista da formalização, porém com segurança, quer dizer, existe um  
381 portal do empreendedor completamente novo, implementando níveis de segurança  
382 para que cada vez mais, a partir da sua formalização, da sua inscrição no portal,  
383 possa enquanto gestores de políticas pública ter um pouco mais de segurança com  
384 esse cliente. Enfatizou que esse espaço não incomoda, pelo contrário, é um  
385 programa que vem constantemente em aperfeiçoamento, tem a questão dos  
386 benefícios como ponto focal de atuação e de um olhar específico do departamento  
387 para essa questão, a questão da formalização, a questão dos benefícios que são

388 atribuídos a essa figura. Disse que o seu segmento está disposto a ouvir esse  
389 Conselho sobre essas questões colocadas, pois existe um grupo de trabalho,  
390 atualmente são 17 órgãos governamentais, órgãos e instituições governamentais  
391 que participam com uma visão de monitorar e aperfeiçoar o programa. Feitas essas  
392 considerações, fez o convite a todos para participarem da 1ª Reunião desse GT, o  
393 qual realizar-se-á no dia 8 de março de 2018. Por fim, reafirmou que a Secretaria  
394 Especial da Micro e Pequena Empresa está a disposição desse Conselho, visando  
395 abrir um diálogo com os conselheiros e conselheiras, visto que, essa dimensão  
396 abordada nessa oportunidade é de fundamental importância para o programa em  
397 questão. Concluído esse item, o Sr. Presidente chamou o seguinte ponto de pauta,  
398 logo, “Portal “Meu INSS” - Central de Serviços do INSS”. O tema em destaque foi  
399 apresentado pelo Sr. Vitor Poubel, Coordenador-Geral de Controle e Avaliação da  
400 Rede INSS. Com a palavra, o relator disse que sua apresentação objetiva trazer ao  
401 conhecimento alguns aspectos que podem ainda facilitar mais a vida do cidadão  
402 com o Meu INSS. O Meu INSS é um sistema que vem sendo pensado há alguns  
403 anos e colocado em prática recentemente. Ele facilita a vida do segurado ou do  
404 cidadão, não necessariamente do segurado, mas também do cidadão em evitar que  
405 ele fique se locomovendo de um lado para o outro, por exemplo, o idoso que precisa  
406 de um histórico de crédito para uma passagem, ele consegue tirar no site ou no  
407 aplicativo e não precisa mais ir à agência, esperar, ficar na fila para ter aquele  
408 histórico de crédito para que seja emitida a passagem, assim sendo, o objetivo do  
409 Meu INSS, é facilitar o autoatendimento do usuário, de modo eletrônico, sem que o  
410 mesmo necessite ligar para o 135 ou ir até uma Agência. De modo seguro, tanto  
411 para o Beneficiário quanto para o Instituto, pois com a senha, o mesmo terá acesso  
412 a dados pessoais e sigilosos; Evitar que o cidadão se desloque de um lugar para o  
413 outro a fim de atender exigências burocráticas de outros órgãos públicos. Com a  
414 redução de demanda proporcionada pelo sistema, o atendimento, quando  
415 necessário em uma Agência da Previdência Social, poderá ser mais humanizado,  
416 tornando o ambiente de trabalho mais tranquilo e saudável. O usuário pode: Obter  
417 uma concessão automática (41\* e 80\*); Agendamento do benefício; Acompanhar

418 suas solicitações e Processos de Benefícios Administrativos pelo “site”; Simular seu  
419 Tempo de Contribuição. No futuro, o usuário poderá: i) Atualizar seus dados  
420 cadastrais; ii) Alterar sua conta bancária; iii) Requerer a certidão de PIS. Destacou  
421 que desde 2010, a aposentadoria por idade e o salário maternidade são dois  
422 benefícios que já estão sendo concedidos automaticamente. Explicou em detalhes o  
423 potencial de diminuição na demanda das unidades de atendimento; as Emissões de  
424 extratos e Aposentadoria Automática no Meu INSS. Disse que atualmente há cerca  
425 de 5 milhões de usuários utilizando o sistema; O ambiente suporta 250 usuários  
426 solicitando de maneira concorrente ou mais de mil usuários em momento de pico e  
427 70% do atendimento nas agência é demanda espontânea e com os extratos na  
428 internet, pois tende-se diminuir essa demanda. O Sr. Alessandro Roosevelt Silva  
429 Ribeiro (INSS) explicou que o Meu INSS é um aplicativo ou uma área de serviços  
430 dentro do Portal do INSS que precisa ter a identificação da pessoa. A seguir, teceu  
431 considerações pontuais acerca do tema. Disse que atualmente, o agendamento está  
432 concorrendo em paralelo com o aplicativo, a ideia é colocar o aplicativo sempre em  
433 primeira opção, o canal automático sempre em primeiro, caso haja pendência aí sim  
434 ele iria para o agendamento, isso vai reduzir muito a questão dos atendimentos nas  
435 agências. Enfatizou que a retirada de extratos e outros documentos, como  
436 declaração para ônibus, retirada da carteira de ônibus, etc. podem ser feitos através  
437 do aplicativo, evitando assim, a ida do segurado até uma agência do INSS. Observa  
438 que mesmo disponibilizando os canais remotos, as pessoas tem necessidade de se  
439 dirigirem a uma agência, visando pegar uma declaração ou uma carta do resultado  
440 da perícia médica, que hoje é retirada pela internet, tem alguns municípios e  
441 algumas empresas que pegam a carta pela internet e pedem para o segurado ir à  
442 agência pedir para alguém da agência carimbar e assinar, isso ocorre, porque existe  
443 uma política do atendimento presencial. Falou ser necessário aumentar a questão  
444 da divulgação do uso do portal Meu INSS. Destacou que o Meu INSS anda em  
445 conjunto com o INSS Digital, porque uma coisa são os serviços do aplicativo e outra  
446 coisa são exatamente esses agendamentos e o processo eletrônico que ele se torna  
447 muito mais rápido de análise, porque eu não preciso de uma agência específica para



448 analisar, mas eu crio polos de concessão no país, otimizando a força de trabalho,  
449 com isso tornando o INSS mais eficiente. Hoje está se trabalhando com dois  
450 momentos em conjunto, então o INSS Digital, os contratos de acordos de  
451 cooperação, exatamente com a relação ao INSS Digital e os serviços dentro do  
452 portal, dentro do aplicativo, para que o próprio segurado possa solicitar o seu  
453 benefício pelo aplicativo. Existe um cronograma de entregas dos tipos diferentes de  
454 benefícios, a aposentadoria por idade, salário maternidade, ainda, até semana que  
455 vem ou a primeira semana de março, será implementada uma parte da  
456 aposentadoria por tempo de contribuição, um pequeno universo dentro da  
457 aposentadoria por tempo de contribuição vai poder ser feito no aplicativo. Depois, a  
458 ideia são as aposentadorias por tempo de contribuição com períodos especiais,  
459 depois as aposentadorias especiais, a pensão por morte e, assim, por diante. A  
460 seguir, falou do cronograma, o qual está previsto a implantação de diversas espécies  
461 de benefícios, por exemplo, fazer a troca de agência bancária, se for dentro do  
462 mesmo estado, em algumas agências bancárias é o próprio banco que faz, mas  
463 quando há mudança de estado o banco não faz, ele tem que ir a uma agência do  
464 INSS. É o tipo de serviço que o segurado pode solicitar direto pelo aplicativo, faz a  
465 sua solicitação, diz quais são os dados da agência que ele quer que transfira e o  
466 INSS faz a transferência do banco. Existem serviços que estão previstos no  
467 cronograma e em até meados do ano de 2019 está previsto o serviço de  
468 manutenção, visando tornar o atendimento do segurado de forma mais célere e focar  
469 os servidores naquilo que é realmente o fundamento de existência do INSS, que é  
470 conceder e manter benefícios. O Sr. Sérgio Aureliano Machado da Silva (CNM)  
471 questionou quando a CTC fará parte do Meu INSS, porque existem reclamações por  
472 parte dos municípios que tem RPPS, e tem algumas agências para tirar uma CTC  
473 estão demorando até 5 meses. Também falou da questão dos RPPS dos servidores,  
474 eles não conseguem se cadastrar, pela dificuldade de responder aquelas questões e  
475 quando ele não responde corretamente fica suspenso por um período para ele voltar  
476 novamente a fazer o cadastro. A Sra. Andrea Angerami Correa da Silva Gato  
477 (SINDNAPI) deu as boas vindas aos novos conselheiros, parabenizou o relator pela

478 apresentação e na sequência teceu alguns comentários sobre a dificuldade de se  
479 fazer esse cadastro, inclusive ela teve essa dificuldade, porque o nome da mãe dela  
480 estava errado e teve que ligar para 135. Disse entender que é um cadastro e está  
481 em processo de aperfeiçoamento e vai levar um tempo para que todos os dados  
482 sejam corrigidos, por essa razão tem essa disparidade entre aposentadoria por  
483 idade, salário maternidade, onde as pessoas são mais jovens, os cadastros estão  
484 mais corretos, as documentações já estão todas mais constantes corretamente no  
485 CNIS e por isso, essa facilidade e essa agilidade, sem contar que as pessoas são  
486 mais jovens, então elas também tem uma maior facilidade de acessar a nova  
487 tecnologia, contudo, o público do Sindicato dos Aposentados é um público mais  
488 idoso e eles têm bastante dificuldade, por esse motivo, o aposentado procura o seu  
489 Sindicato, levando muitas reclamações, porque eles não conseguem ter acesso a  
490 novas tecnologias. Além disso, colocou a questão do extrato de consignados. A sua  
491 entidade tem uma cooperativa de crédito, que é dos aposentados, têm taxas  
492 menores, juros menores, é uma das mais baixas do mercado e, ainda, existe o  
493 compromisso de não vender nada que a pessoa não precise, até por uma questão  
494 de responsabilidade social enquanto entidade representante de aposentados, de só  
495 oferecer o que ele realmente precisa e com critério, ocorre que a pessoa se dirige  
496 até o Sindicato para solicitar um empréstimo, ela não consegue se cadastrar, ela tem  
497 que voltar a agência bancária onde tem conta e, lá é vendido um empréstimo maior  
498 do que ela precisa, a juros maiores. Posto isso, ela solicitou esclarecimentos se  
499 existe a possibilidade da abertura desses dados para as instituições, para que elas  
500 possam de fato não ter que voltar a sua agência e sofrer um prejuízo. Em resposta  
501 as manifestações, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro (INSS) esclareceu que a  
502 CTC também está no cronograma da questão de entrar no automático, inclusive já  
503 foi feito o desenho dela. Sobre a questão específica de servidores públicos para  
504 cadastrar no Meu INSS, informou da dificuldade que teve em se cadastrar sendo que  
505 não obteve êxito, por conta dos questionamentos que são feitos na hora de fazer o  
506 cadastro, inclusive a questão de quando foi a contribuição, quem é de regime próprio  
507 de previdência não sabe quando foi informada a última contribuição, é mais fácil

508 para a empresa e no setor privado é até mais fácil, porque eles conseguem saber se  
509 pelo menos a empresa informou o vínculo, mas no regime próprio de previdência  
510 não sabe nem se ele informou o regime. Tem prefeituras pequenas que tem uma  
511 dificuldade de emissão de GFIP imensa, isso é uma das discussões que está em  
512 questão do eSocial, as prefeituras tem uma estrutura muito complicada, então para  
513 emitir a GFIP é muito complicado, da estrutura que eles têm hoje, pelas observações  
514 feitas, está sendo feito um novo desenho e, através de diálogo com as  
515 superintendências, aproveitando um trabalho chamado Programa de Educação  
516 Previdenciária, nos dias das palestras ou das reuniões com as empresas e  
517 associações, eles façam um cadastro do Meu INSS, isso vai gerar a senha para os  
518 presentes e também se faz a divulgação do aplicativo e fazendo a geração de  
519 senha. Sobre a questão de informação de extrato de consignado direto para as  
520 consignatárias, existe um problema do sigilo fiscal, inclusive foi feita uma consulta  
521 dessa para a Procuradoria e só o próprio segurado pode levar, assim sendo, não  
522 tem como disponibilizar todo o extrato. O Sr. Vitor Poubel (DIRAT/INSS) esclareceu  
523 sobre a questão de nomes, a Dataprev está fazendo uma parceria com algumas  
524 bases, porque hoje o único batimento existente é o CNIS, onde se fornece o nome e  
525 se não tiver exatamente igual ao CNIS já está cortado. Porém a Dataprev está  
526 fazendo batimento com a base do CNIS e do TSE, estando no CNIS ou na base do  
527 TSE o nome que informou vai validar. Então, além do TSE eles estão tentando  
528 outras bases para que ele percorra toda essa base e faça o batimento com as  
529 informações principais, nome, data de nascimento, nome da mãe e CPF. Quanto a  
530 questão do RPPS, realmente houve essa falha no questionamento, pois como  
531 exemplo, informou que durante o seu próprio cadastro no Meu INSS, uma vez que  
532 nunca contribuiu para o INSS, sempre foi RPPS, e uma das perguntas é quando foi  
533 a sua última remuneração. Citou a questão do BR Cidadão, o chamado de KBA lá  
534 dentro, que é a validação, inclusive com a senha, que é uma senha extremamente  
535 complexa, letra maiúscula, minúscula, caractere especial, números, essa senha é  
536 uma senha extremamente complexa para o pessoal mais idoso que não consegue  
537 guardar, porém há um diálogo com a segurança da Dataprev, objetivando tentar

538 minimizar essa segurança, trazer para pelo menos alfanumérico, porque com letra  
539 maiúscula, minúscula e caractere especial, realmente está difícil, a gente está tendo  
540 uma reincidência de comparecimento na agência exatamente por isso.  
541 Manifestaram-se ainda sobre a matéria *in loco*: Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro  
542 (INSS); Marcos Barroso de Oliveira (COBAP); Gerson Maia de Carvalho  
543 (SINTAPI/CUT); Dionizio Martins de Macedo Filho (Força Sindical); Rodrigo  
544 Hugueney do Amaral Mello (CNA). Os conselheiros citados acima exemplificaram  
545 situações vivenciadas nas suas respectivas bases acerca da geração de senhas,  
546 inconformidades de dados, indeferimento do período especial; Portaria nº 567, de 18  
547 de dezembro de 2017 referente a CTC. As dúvidas postas foram devidamente  
548 esclarecidas pelo relator e pelo conselheiro representante do INSS, o Sr. Alessandro  
549 Roosevelt Silva Ribeiro (INSS).

550

#### 551 **IV – INFORMES**

552 O Sr. Emanuel de Araújo Dantas (SPREV) informou que os conselheiros e  
553 conselheiras estarão recebendo juntamente com as apresentações os informes da  
554 Previdência, inclusive o do mês de janeiro com o resultado de 2017. O informe traz  
555 uma nota técnica, que é a nota técnica do reajuste e a nota técnica do resultado do  
556 RGPS. Falou também do e-mail enviado para informar sobre a oficina observatório  
557 da política de saúde do trabalhador, bem como, a confirmação no aludido evento, o  
558 qual ocorrerá no dia 8 de março de 2018. A confirmação de presença poderá ser  
559 encaminhada via e-mail. O Sr. Rodrigo Hugueney do Amaral Mello (CNA) consignou  
560 ser essa a sua última participação como conselheiro nesse Conselho, pois no dia 8  
561 de março de 2018 o seu mandato expira e por questões de remanejamento dentro  
562 da CNA, ele não continuará no Conselho, pois está indo para a área de SST.  
563 Agradeceu pelos dois anos de parceria, aprendizado, além disso, corroborou que a  
564 sua substituta será a Dra. Vânia, da CNA.

565 **V – OUTROS ASSUNTOS**

566 O Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT) sugeriu pautar na próxima reunião, a  
567 questão dos convênios para as entidades sindicais. Por sua vez, o Sr. Marcos  
568 Barroso de Oliveira (COBAP) solicitou socializar o número de requerimentos por  
569 estado, o número de deferimentos, a judicialização por indeferimento e a concessão  
570 por via judicial. O Sr. Presidente elogiou a reunião em termos de distribuição de  
571 tempo das apresentações e por essa razão, é favorável que seja colocado o limite  
572 de 3 apresentações por reunião ordinária. Disse que as sugestões de pauta estão  
573 anotadas, embora os itens “c”, “d” e “e” tenham sido retirados de pauta, ainda que  
574 não seja na próxima reunião, esses itens poderão ser pautados posteriormente.  
575 Disse que as sugestões dadas serão analisadas, contudo, poderão aparecer outros  
576 temas no decorrer do mês. A Reunião Ordinária 247<sup>a</sup> será realizada em 22 de março  
577 de 2018.

578

579 **VI – ENCERRAMENTO**

580 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 246<sup>a</sup>  
581 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência – CNP. Para constar, eu  
582 Emanuel de Araújo Dantas, Secretário-Executivo Substituto do CNP lavrei a  
583 presente Ata. Brasília, 22 de fevereiro de 2018.